

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 1993

Presidente: O Exmo. Sr. MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Subprocurador-Geral da República: Exmo. Sr. Dr.

Secretária: BELA. ROSANGÉLA SILVA

Às 14:00 horas, presente os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DANTAS, WILLIAM PATTERSON, JOSÉ CANDIDO, PEDRO ACIOLI, AMÉRICO LUZ, ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, FLAQUER SCARTEZZINI, COSTA LIMA, COSTA LEITE, NILSON NAVES, DIAS TRINDADE, JOSÉ DE JESUS, ASSIS TOLEDO, EDSON VIDIGAL, FONTES DE ALENCAR, CLÁUDIO SANTOS, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, BARROS MONTEIRO, HÉLIO MOSIMANN e DEMÓCRITO REINALDO, foi aberta a sessão.

Os Exmos. Srs. Ministros BUENO DE SOUZA, EDUARDO RIBEIRO, WALDEMAR ZVEITER e PEÇANHA MARTINS não compareceram a sessão por motivo justificado.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

O EXMO. SR. MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ (PRESIDENTE): Nesta primeira sessão do ano Judiciário de 1993, dou as boas vindas aos Srs. Ministros e aos servidores que trabalham nessa Egrégia Corte Especial.

Espero que tenha usufruído de férias confortadoras e restauradoras das energias gastas durante o ano de 1992.

Antes de iniciar o julgamento do feitos em pauta, leio a síntese do relatório dos trabalhos realizados no exercício findo.

Senhores Ministros,

Ao início das atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça no ano de 1993, gratificada pelos resultados obtidos durante o exercício decorrido, esta Presidência tem a satisfação de apresentar-lhes resumo dos trabalhos desenvolvidos no período, os quais constituirão o substrato de detalhado relatório a ser oportunamente distribuído, juntamente com os mapas dos julgados, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno.

O segundo e o terceiro semestres de minha gestão foram profícuos na consecução do objetivo primordial definido, qual seja o desenvolvimento organizacional do Tribunal, através da concretização de planos de ação direcionados para a informatização, para a capacitação de recursos humanos e para a racionalização dos serviços e procedimentos, visando a melhoria e celeridade na execução das tarefas e dos atendimentos aos usuários.

Sob a perspectiva de que o processo de informatização em curso e prioritário e de vital importância para a atuação do Poder Judiciário, a área de informática implementou vários projetos, investindo notadamente em tecnologias de ponta, introduzindo, dessa

maneira, novos conceitos de modernização e racionalização junto aos servidores e suas áreas específicas de trabalho.

Com isso, o Tribunal atingiu um nível satisfatório de automação dos seus diversos setores, no momento encontrando-se as suas bases de informações judiciais disponíveis a todos os seguimentos de usuários, a nível racional.

Em síntese, as ações do setor foram dimensionadas conforme o Plano Diretor de Informática, traçado de acordo com as seguintes metas:

- 1 reestruturação da área com base em filosofia de atuação centrada no cliente;
- 2 capacitação técnica do quadro funcional específico;
- 3 adequação da rede de comunicação de dados do Tribunal as necessidades internas e externas de seus usuários; e
- 4 consolidação do processo de informatização das unidades do Superior Tribunal de Justiça.

A política de valorização e aperfeiçoamento do servidor através de sua capacitação, no exercício findo, foi satisfatoriamente atingida face ao cumprimento integral do plano de cursos previstos e ao planejamento elaborado para o presente ano, em continuidade ao trabalho iniciado.

Registre-se como acontecimento sobremodo marcante a criação do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça PRO-SER, conforme Resolução nº 62, de 18 de setembro de 1992.

Referindo Programa, do mais alto alcance social porquanto destinado a prestar aos seus beneficiários assistência médico-hospitalar, ambulatória e odontológica, assim como benefícios sociais, com participação efetiva dos servidores no custeio, foi instalado oficialmente em 30 de setembro, iniciando suas atividades em 1º de outubro seguinte. Pleno êxito tem-se verificado na operacionalização de tal iniciativa que, em 30 de novembro, já congregava 4.713 beneficiários cadastrados, dos quais 1.527 titulares e 3.186 dependentes, tendo, de sua implantação até a data anteriormente mencionada, emitindo 3.236 guias, entre consultas, exames, internações, cirurgias e outros procedimentos.

Inovações introduzidas na dinâmica dos trabalhos da Secretaria Judiciária contribuíram significativamente para a política de modernização dos serviços prestados pelo Superior Tribunal de Justiça. Entre elas, ressalte-se a aprovação de novo modelo para substituir a tradicional costura dos feitos, a padronização do texto dos acórdãos, a aquisição de 24 carros para transporte de processos e, ainda, de um equipamento de telex instalado no Gabinete

da Diretoria para atender as unidades vinculadas. Medidas internas desburocratizadoras e tendentes a aperfeiçoar o sistema foram tomadas quanto a recursos extraordinários e agravos de instrumento. Outro objetivo perseguido pela minha administração tem sido a construção da nova sede do Superior Tribunal de Justiça iniciada na gestão anterior, hoje já se encontrando a obra em fase bastante adiantada uma vez que os serviços correm normalmente, conforme cronograma pre-estabelecido, prevendo-se sua conclusão para o final do ano em curso, desde que assegurados os recursos orçamentários necessários.

Enquanto se providencia a nova sede, porém, não se tem descuidado do atual espaço físico do Tribunal. Nesta pauta, registre-se a realização de inúmeras obras nos edifícios sede e anexo, dentre as quais modificações em Gabinetes de Ministros; reforma do "hall" de entrada do Edifício Sede; adaptação da Biblioteca para atendimento ao público; instalação de sala de Museu e de sala de estar ao lado do Plenário; melhoria da rede telefônica; revisão e troca de equipamento do sistema de incêndio, obras essas que, somadas a implantação de um ajardinamento apropriado, propiciaram funcionalidade e conforto ambiente a todos que labutam nesta Casa. Em 1992, o Orçamento Geral da União (Lei nº 8.409/92) consignou ao Tribunal recursos da ordem de Cr\$ 292.330.894.000,00 (duzentos e noventa e dois bilhões, trezentos e trinta milhões, oitocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), aos quais se agregaram Cr\$ 137.405.000.000,00 (cento e trinta e sete bilhões, quatrocentos e cinco milhões de cruzeiros) decorrentes de créditos suplementares, perfazendo um total de Cr\$ 429.735.894.000,00 ( quatrocentos e vinte e nove bilhões, setecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil cruzeiros).

Relativamente as despesas extra-orçamentaria, restos a pagar inscritos em 1991 para pagamento em 1992, no montante de Cr\$ 409.586.874,76 (quatrocentos e nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro cruzeiros e setenta e seis centavos), foram efetivamente realizadas Cr\$ 259.397.708,79 (duzentos e cinqüenta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e oito cruzeiros e setenta e nove centavos).

Com estas palavras, acredito ter levado ao conhecimento dos Senhores Ministros resumo das atividades administrativas mais importantes desempenhadas pela minha gestão, em função das metas prioritárias por ela perseguidas.

Passo a relatar, em seguida, dados relevantes das atividades judicantes do Superior Tribunal de Justiça.

## 2 ATIVIDADES JUDICANTES

Os boletins estatísticos correspondentes as atividades de prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça, durante o quarto ano de sua instalação, evidenciam o considerável crescimento dos feitos em tramitação, atingindo os processos autuados e distribuídos o elevado número de 33.872 unidades. Em contrapartida, tais dados realçam a laboriosa atuação desta Egrégia Corte, consubstanciada na realização de 401 sessões por seus órgãos julgadores Corte Especial, Seções e Turmas; no julgamento em mesa de 15.988 processos e mais 15.440 decididos por despacho, totalizando 31.428 processos julgados, alcançando-se a significativa média de julgamentos de 1.047 feitos apurada em função do número de Ministros em exercício. A esses somem-se 1.701 recursos extraordinários interpostos, submetidos a exame de admissibilidade pelo Vice-Presidente, por delegação de competência, dos quais 58 foram admitidos e 1.643 denegados e/ou prejudicados.

Mencionem-se, ainda, 15.256 acórdãos publicados, bem assim 1.128 despachos variados proferidos pelo Presidente ou Vice-Presidente no exercício de competência delegada, no âmbito da Secretaria Judiciária, em processos, petições, ofícios e telex.

Cotejando-se os quantitativos de processo distribuídos e julgados desde a criação deste Colendo Tribunal até o último exercício findo verifica-se que, para um total de 77.430 processos recebidos, a despeito do esforço despendido pelos Eminentes Pares, permanecem 16.851 feitos pendentes de julgamento, os quais merecerão, com certeza, a dedicação de Vossas Excelências do decorrer do presente ano.

## 3 PLANEJAMENTO

Esta Presidência, em seu quarto e último semestre de gestão, pretende concluir a tarefa a ela confiada pelo Eminentes Pares movida pelo sentimento, sempre presente, de dar continuidade ao desenvolvimento organizacional do Superior Tribunal de Justiça com vistas a modernidade da prestação jurisdicional e pelo intuito de, com isso, estar contribuindo, efetivamente, para a melhoria e o engrandecimento de nosso País.

Dois pontos merecerão especial atenção neste semestre: o desenvolvimento do Projeto "Nova Sede do STJ" e a aprovação do "Plano de Carreira" dos servidores do Poder Judiciário.

## 4 ENCERRAMENTO

Senhores Ministros,

No exercício da relevante função de Presidente desta Egrégia Corte, tenho contado com a inestimável colaboração e compreensão de meus

Pares, aos quais quero, nesta oportunidade, expressar os meus mais profundos agradecimentos.

Também aos dirigentes, assessores e demais servidores da Casa, estendo o meu reconhecimento pela dedicação e desvelo com que tem enfrentado das mais simples as mais árduas e diversificadas tarefas próprias de cada setor.

A todos, pois, a minha gratidão.

#### JULGAMENTO

Encerrou-se a sessão às 14:25 horas, tendo sido julgados 0 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiados para a próxima sessão.

Brasília, 03 de fevereiro de 1993.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Presidente de Sessão

ROSANGÊLA SILVA

Secretária da Corte Especial